



GT13, Diferença, Inclusão e Educação Matemática Sociedade Brasileira de Educação Matemática

Nota de Repúdio

No dia 09/08/2021, no programa Novo Sem Censura, da emissora pública de telecomunicações, TV Brasil, ao ser indagado com relação ao Plano Nacional de Educação Especial, o atual Ministro da Educação *Milton Ribeiro* expôs seus pensamentos e considerações, afirmando que alunos com deficiência “atrapalham” (aspas do próprio Ministro) o aprendizado dos demais, verbalizando sem deixar margem a dúvidas ou outras interpretações em sua fala, que alunos com deficiência *atrapalham* a aprendizagem de outros alunos. Ainda em relação ao mesmo assunto, em entrevista posterior à rádio *Jovem Pan*, dia 24/08/2021, o referido Ministro de Estado voltou a afirmar: *Nós não queremos o “inclusivismo”*, termo utilizado pelo próprio Ministro referindo-se à inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Regular.

Nós, enquanto membros do Grupo de Trabalho GT13 – Diferenças, Inclusão e Educação Matemática, grupo da Sociedade Brasileira de Educação Matemática, vimos aqui trazer manifestação veemente no sentido da discordância absoluta em relação às manifestações proferidas pelo Ministro de Educação nestas duas ocasiões relacionadas à importante questão da Inclusão Escolar. Nosso grupo, composto por vários professores de diferentes Estados brasileiros, tem há muito se empenhado em realizar, direcionar e apontar em pesquisas conduzidas no seio de grupos ou programas de pós-graduação por todo o país, que *todos os alunos têm os mesmos direitos*, direito esse de estar matriculados em escolas regulares, independentemente das especificidades de cada um – conforme preconizado em nosso documento maior, a Constituição da República Federativa do Brasil, em seus artigos 205 e 208, e ratificado em outros

documentos legais como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, por exemplo, além da Lei Brasileira de Inclusão.

Os propósitos da educação inclusiva não surgiram ao acaso, mas resultam de lutas de movimentos sociais alicerçados nos direitos de todos os estudantes, com ou sem deficiências, de estar juntos em um mesmo ambiente educacional. Foram lutas mundiais em prol do reconhecimento do valor do viver e conviver juntos, sem exceção, preconceito ou discriminação. A inclusão em nossas escolas regulares, em salas de aulas comuns, de pessoas com deficiências, é um ganho para todos, uma vez que podemos, todos juntos, conquistar no aprender com o outro, o aprender em *nós*, aptos a percebermos as habilidades e talentos de todos. É no princípio da convivência entre os diferentes que as pressuposições de superioridade caem por terra, prevalecendo outrossim a democracia e valores que convergem para o bem comum, para o respeito e tolerância, no sentido atribuído a esta palavra por Paulo Freire, e para a justiça social:

Falo da tolerância como virtude da convivência humana. Falo, por isso mesmo, da qualidade básica a ser forjada por nós e aprendida pela assunção de sua significação ética – qualidade de conviver com o diferente. Com o diferente, não com o inferior (FREIRE, 2014, p. 25- 26)¹.

Desde o início da educação inclusiva, alicerçados em uma educação de todos e com todos, grandes avanços foram observados, como por exemplo, o aumento do número de matrículas nas escolas de estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, desde a Educação Básica até o Ensino Superior – fato que pode ser facilmente detectado em instrumentos próprios da gestão pública. Tal situação deve-se inquestionavelmente a uma política que fomenta a democratização dos espaços educacionais em geral, em âmbito de Educação Básica ou Ensino Superior e que consistem em diretrizes, princípios e práticas com a finalidade de assegurar a inclusão educacional de todos os alunos, em um mesmo espaço diverso, promovendo o desejado encontro entre as diferenças e a formação a partir de cenários para a inclusão, conforme assegurado por Skovsmose (2019)².

¹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Tolerância**. 2. ed. Paz e Terra, 2014.

² SKOVSMOSE, Ole. Inclusions, Meetings and Landscapes. In: Kollosche, D; Marcone, R; Knigge, M; Penteado, M.; Skovsmose, O., (eds). **Inclusive**

Com isso, manifestamos nosso **repúdio** à fala proferida pelo atual Ministro da Educação, entendo-a como uma postura preconceituosa e desconhecadora de todo o percurso até então realizado pela educação brasileira, caracterizando um inquestionável retrocesso. Não é admissível que em 2021 o Brasil retroceda nesse caminhar, que ainda necessita de um olhar mais cuidadoso e generoso para com a educação.